

Síntese do informe:

CEPAL - Conferência Regional Sobre Mulheres da América Latina e Caribe

UNFPA - Estratégia para Planejamento Familiar, 2022-2030: Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diversificado e em Mudança

UNFPA - Relatório Justiça Sexual e Reprodutiva como Veículo para Cumprir os Compromissos da Cúpula de Nairóbi

ONU Mulheres - Rumo a medidas aprimoradas de desigualdade de gênero: uma avaliação do Índice de Desigualdade de Gênero do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e Proposta para Adoção de Dois Novos Índices

OMS - Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero - 17 de Novembro

Nações Unidas - Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil - 18 de Novembro

UNICEF - Educação Pré-Primária Transformadora de Gênero

A Discussão de Gênero que se Destaca em Mais uma Quinzena

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho

CEPAL - Conferência Regional Sobre Mulheres da América Latina e Caribe

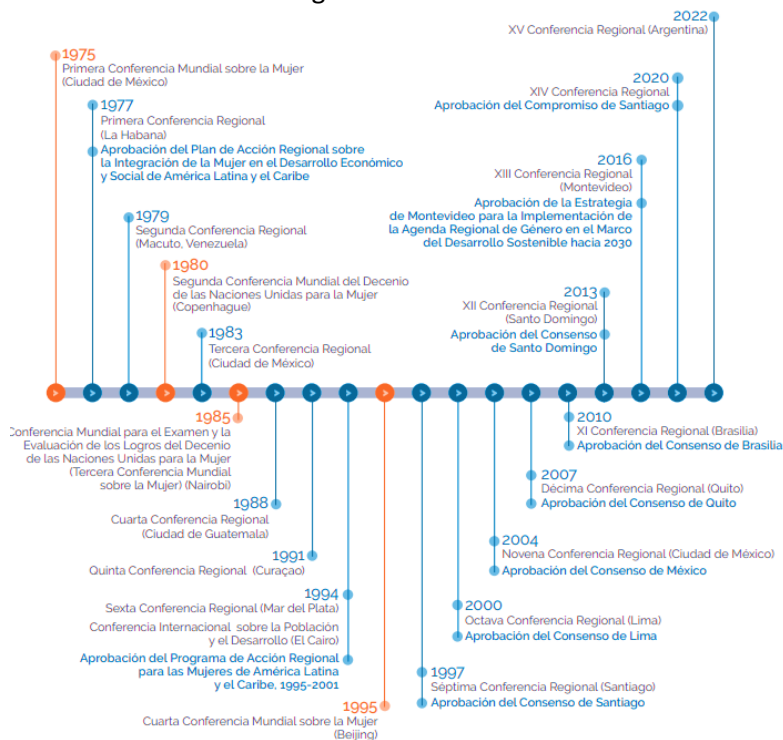
Entre os dias 8 e 11 de novembro de 2022, aconteceu em Buenos Aires, a XV Conferência de Mulheres da América Latina e Caribe, que teve como tema principal "A sociedade do cuidado como horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero".

A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, subsidiária da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é o principal fórum intergovernamental sobre os direitos da mulher e a igualdade de gênero na região. É organizado pela CEPAL, com o apoio da ONU Mulheres.

A Conferência ocorre com frequência não superior a três anos, e tem o objetivo de analisar a situação regional e sub-regional em relação à autonomia e direitos das mulheres, apresentar recomendações de políticas para a igualdade de gênero e realizar avaliações periódicas das atividades realizadas a partir de acordos regionais e internacionais.

A Primeira Conferência Mundial para a Mulher foi realizada em 1975, na Cidade do México e a Primeira Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, foi realizada em Havana, em 1977.

Marcos Globais da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe



A CEPAL preparou e disponibilizou três documentos para a conferência:

- 1) [A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero](#)
- 2) [Quebrando o silêncio estatístico para alcançar a igualdade de gênero em 2030: aplicação do eixo sobre sistemas de informação da Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Marco do Desenvolvimento Sustentável para 2030](#)
- 3) [Financiamento de sistemas e políticas de atenção na América Latina e no Caribe: contribuições para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero](#)

Dentre outras informações, as publicações apontam que as mulheres da América Latina e Caribe:

- Gastam 3 vezes mais tempo com o trabalho doméstico e cuidado que os homens;
- Pelo menos uma em cada 10 mulheres que trabalha de forma remunerada, o faz como trabalhadora doméstica;
- 91% das trabalhadoras domésticas são mulheres, sendo que 73% delas trabalham na informalidade e uma em cada 4 vivem em situação de pobreza;
- 7 em cada 10 pessoas que trabalham na educação são mulheres, as quais se concentram em níveis primários e pré-escolares, setores que exigem maior demanda de cuidado;
- 4 em cada 10 mulheres não têm acesso à internet por não poder custeá-la;
- 73% das pessoas que trabalham na área de saúde são mulheres e ganham 39% menos que os homens;

- Das mulheres com 20 a 24 anos, uma em cada 5 se casou antes dos 18 anos - os casamentos e uniões infantis e forçadas são uma violação dos direitos humanos e um obstáculo para a autonomia das mulheres;
- As mulheres maiores de 60 anos dedicam entre 20 e 40 horas semanais em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados - entre 2020 e 2025 a demanda de cuidados da população maior de 65 anos será maior que a de meninas e meninos menores de 15 anos;
- As tarefas de cuidado mudam em cada território - em zonas rurais, onde vivem 20% da população na região, as mulheres dedicam 2 a 5 horas semanais carregando água.

Como resultado da Conferência, os estados membros aderiram ao que chamaram de "[Compromisso de Buenos Aires](#)". Nele, os países concordaram em "desenhar, implementar e avaliar as políticas macroeconômicas e, especialmente, as políticas fiscais (receita, gasto e investimento), a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero e direitos humanos, salvaguardando os avanços alcançados e mobilizando o máximo de recursos disponíveis com vista a aumentar o investimento público sustentável ao longo do tempo em políticas e infraestruturas de cuidados, a fim de garantir o acesso universal a serviços de cuidados acessíveis e de qualidade".

Da mesma forma, os representantes prometeram "que as medidas de ajuste fiscal ou cortes orçamentários que visam enfrentar situações de desaceleração econômica estejam de acordo com os princípios dos direitos humanos e da não discriminação, evitando especialmente cortes em programas e apoios que possam gerar um aumento dos níveis de pobreza e sobrecarga de trabalho e cuidados não remunerados que afetam as mulheres".

A resolução também incentiva os governos da América Latina e do Caribe e de outras regiões, países desenvolvidos, agências, fundos e programas das Nações Unidas e outros atores relevantes a contribuir com recursos financeiros para a sustentabilidade do Fundo Apoiado Regional a Organizações e Movimentos de Mulheres e Feministas.

Participaram da Conferência delegados de 30 países da América Latina, Caribe e outras regiões, além de representantes de 17 agências das Nações Unidas e 14 organizações intergovernamentais. A eles se juntaram parlamentares de 15 países da região e mais de 750 membros da sociedade civil. No total, a Conferência contou com 1.168 participantes. A XVI Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe será realizada no México, em 2025.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar o vídeo produzido para a Conferência Regional, [clique aqui](#). Para acessar o Compromisso de Buenos Aires, [clique aqui](#). Para acessar outras notícias da Conferência, [clique aqui](#).

UNFPA - Estratégia para Planejamento Familiar, 2022-2030: Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diversificado e em Mudança

A UNFPA lançou uma nova estratégia global de planejamento familiar, "Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diverso e em Mudança", que amplia o papel da

agência no sentido de abordar uma gama de políticas e serviços de fertilidade e anticoncepcionais necessários para acabar com as necessidades não atendidas de planejamento familiar até 2030.

O rápido crescimento populacional, conflitos, migração, urbanização, degradação ambiental e declínio da fertilidade são megatendências e questões emergentes que estão remodelando comunidades e sociedades inteiras. À medida que o mundo muda, alcançar o acesso universal ao planejamento familiar assume uma nova urgência. A nova estratégia da UNFPA é pautada nas premissas:

- Construir uma liderança decisiva para o planejamento familiar como base da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa visão vai além da contracepção para abranger uma série de questões de saúde sexual e reprodutiva – incluindo infertilidade – bem como uma resposta do setor de saúde às normas, leis e políticas sociais em mudança para permitir que todos os indivíduos realizem suas intenções reprodutivas.
- Acabar com a fragmentação para integrar o planejamento familiar em tudo que a UNFPA faz. Reposicionar o planejamento familiar como base da saúde, desenvolvimento e crescimento econômico, por meio da inovação, uso de práticas de alto impacto baseadas em evidências e resposta às necessidades emergentes.
- Promover uma mudança da dependência dos países de financiamento externo para financiamento sustentável, incluindo o apoio aos países para investir recursos próprios.

A publicação ainda lembra que os Estados são obrigados a garantir que o uso de contraceptivos seja voluntário, plenamente informado e livre de coerção e discriminação, e eles devem prestar atenção especial aos grupos que têm sido historicamente sujeitos a práticas coercitivas de planejamento familiar, como povos indígenas, pessoas com deficiência e mulheres vivendo com HIV. Os Estados também devem garantir o direito de buscar, receber e divulgar informações relacionadas a métodos contraceptivos, incluindo adolescentes.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

UNFPA - Relatório Justiça Sexual e Reprodutiva como Veículo para Cumprir os Compromissos da Cúpula de Nairobi

A Cúpula de Nairobi

O ano de 2019 marcou o 25º aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD - International Conference on Population and Development), realizada no Cairo, em 1994, onde 179 estados-membros adotaram um Programa de Ação histórico que visava capacitar mulheres e meninas para o seu bem estar, para o benefício de suas famílias, comunidades e nações. Muitos avanços foram alcançados desde então, mas muitas pessoas ainda estão sendo deixadas para trás.

De 12 a 14 de novembro de 2019, os governos do Quênia e da Dinamarca e a UNFPA convocaram a Cúpula de Nairobi sobre a ICPD25, uma conferência de alto nível com objetivo de

mobilizar a vontade política e os compromissos financeiros necessários para implementar o Programa de Ação proposto pela ICPD. Esses compromissos foram centrados em alcançar zero necessidade não atendida de informações e serviços de planejamento familiar, zero mortes maternas evitáveis e zero violência sexual e de gênero e práticas nocivas contra mulheres e meninas.

A Cúpula reuniu: chefes de estado, ministros, parlamentares, formadores de opinião, especialistas técnicos, organizações da sociedade civil, organizações de base, jovens, líderes empresariais e comunitários, organizações religiosas, povos indígenas, instituições financeiras internacionais, pessoas com deficiências, acadêmicos e muitos outros interessados na busca de saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

A Cúpula adotou uma abordagem integrada, abrangendo cinco temas e destacando o poder da igualdade de gênero, liderança juvenil, liderança política e comunitária, inovação e dados e parcerias para acelerar o progresso.

- Acesso universal à saúde e direitos sexuais e reprodutivos como parte da cobertura universal de saúde.
- Financiamento necessário para concluir o Programa de Ação da CIPD e para sustentar os ganhos obtidos.
- Aproveitar a diversidade demográfica para impulsionar o crescimento econômico e alcançar o desenvolvimento sustentável.
- Acabar com a violência de gênero e práticas nocivas.
- Defender o direito à saúde sexual e reprodutiva mesmo em contextos humanitários e frágeis.

Desde a Cúpula de Nairobi, este é o segundo relatório lançado. O primeiro, [Sem Exceções, Sem Exclusões: garantindo a saúde sexual e reprodutiva, direitos e justiça para todas](#), foi publicado há um ano, em novembro de 2021. Enquanto o primeiro relatório ressoou mais o tema da justiça reprodutiva, essa publicação abordou seus princípios e buscou demonstrar como as partes interessadas podem aplicar estes ensinamentos em seus ambientes e contextos.



O relatório é organizado em 6 partes:

- Capítulo 1 - introduz o quadro de justiça sexual e reprodutiva e como isso ajuda a entender e responder aos contextos e estruturas específicas, os relacionamentos que ajudam a moldar a autonomia corporal e as escolhas. A proposta é ir além de um foco

estreito no acesso individual aos serviços, que muitas vezes exclui mulheres e meninas à margem da sociedade, e busca fornecer uma análise interseccional que reforça a implementação e responsabilidade pelos compromissos de Nairobi.

- Capítulo 2 - coloca os aspectos do quadro de justiça sexual e reprodutiva no contexto de outras agendas e conceitos de justiça. A justiça sexual e reprodutiva é um pré-requisito para alcançar a justiça de forma mais ampla. Ela cria oportunidades para atores em diversos movimentos construir solidariedade e formar uma ampla base de poder, necessária para mudanças que causam efeito.
- Capítulo 3 - demonstra como a justiça sexual e reprodutiva é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e o enfrentamento de crises humanitárias.
- Capítulo 4 - a Comissão considera exemplos de como a justiça reprodutiva tem contribuído para o progresso na realização dos compromissos assumidos na Cúpula de Nairobi e os desafios que permanecem. A Comissão baseia-se nos relatórios mais recentes da Estrutura de Monitoramento de Compromissos Globais e um novo conjunto de perfis de países para destacar o que os dados mais recentes revelam de boas práticas emergentes.
- Em sua seção final, o relatório apresenta reflexões e sugere ações que, se adotadas, irão acelerar e garantir mudanças na responsabilidade por questões de saúde sexual e direitos reprodutivos, justiça e desenvolvimento, de acordo com a Declaração de Nairóbi, o Programa ICPD e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- Os Anexos A, B e C apresentam a atualização de 2022 do Monitoramento de Compromissos Globais, de um conjunto de países para rastrear os principais indicadores por região, a fim de possibilitar aprofundar a compreensão das realidades dos territórios e direcionar investimentos em conformidade com os compromissos de Nairobi.

O relatório ainda lembra o caso Alyne Pimentel, ocorrido em 2007, no Rio de Janeiro. Embora o caso tenha sido julgado há mais de uma década, seu legado justifica sua inclusão no relatório, uma vez que foi o primeiro caso de mortalidade materna julgado por um órgão internacional de direitos humanos, resultando na primeira decisão global de apoiar a sexualidade e justiça reprodutiva.

Para saber mais sobre os compromissos da Cúpula de Nairóbi, [clique aqui](#). Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

ONU Mulheres - Rumo a medidas aprimoradas de desigualdade de gênero: uma avaliação do Índice de Desigualdade de Gênero do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e Proposta para Adoção de Dois Novos Índices

O documento, publicado pela ONU Mulheres, propõe substituir o Índice de Desigualdade de Gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por dois novos índices de gênero: o Índice Global de Paridade de Gênero (Global Gender Parity Index - GGPI) e o Índice de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Index - WEI).

A proposta baseia-se em uma revisão dos conceitos de igualdade de gênero na abordagem de capacidade que sustenta o paradigma de desenvolvimento humano do PNUD e as estruturas políticas internacionais da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também implementa propostas atuais de reforma, que enfatizam a medição da desigualdade de gênero nas capacidades (em vez de insumos ou recursos institucionais que permitem ou restringem essas capacidades) e a medição das lacunas nas conquistas entre mulheres e homens e o nível do potencial de empoderamento das mulheres por diferentes índices.

Avaliando as opções de medição, o documento identifica vários indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e novos dados como potencialmente úteis para traduzir as capacidades selecionadas em novos índices. O primeiro índice, o GGPI, é uma medida relativa ao bem-estar, que engloba as dimensões de saúde, educação, padrão de vida decente e tomada de decisão. O segundo, o WEI, concentra-se exclusivamente nas mulheres e mede a liberdade da maternidade precoce, a liberdade da escolha reprodutiva e da violência praticada pelo parceiro íntimo, bem como a capacidade das mulheres de buscar educação, obter diplomas em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, ter voz em e órgãos governamentais locais, e ocuparem cargos de liderança econômica.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

OMS - Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero - 17 de Novembro

O dia 17 de novembro marca dois anos desde que o mundo se reuniu para um dia global de ação para a eliminação do câncer do colo do útero. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a Estratégia Global para acelerar a eliminação do câncer do colo do útero até 2030.

Líderes mundiais, sobreviventes, defensores, parceiros e outras partes interessadas exigem ação para eliminar o câncer do colo do útero por meio do diálogo. Juntos, é possível compartilhar histórias e recursos educacionais para rastrear, prevenir, tratar e, finalmente, eliminar o câncer cervical.

Por que agir para eliminar o Câncer do Colo do Útero?

- Salvar vidas no mundo - 1 mulher morre a cada 2 minutos de câncer cervical, que é evitável, tratável, detectável e curável.
- Rumo à igualdade em saúde - Em 2021, globalmente apenas 12% das meninas foram totalmente vacinadas contra o papilomavírus humano (HPV). Quase 90% dos casos de mortes por câncer cervical ocorrem em países de baixa e média renda onde a oferta, o acesso à triagem e ao tratamento são limitados.
- Apoie a força de trabalho global - 250.000 mulheres saudáveis continuarão a ser membros produtivos da força de trabalho até 2030, contribuindo com aproximadamente US 28 bilhões para a economia mundial.

- Criando um futuro sem câncer do colo do útero - Até 2040, 70 milhões de casos e 62 milhões de mortes por câncer cervical podem ser evitados. Sem ação nos países de baixa e média renda, as mortes por câncer cervical aumentarão em quase 50%.

Para acessar o toolkit OMS para o Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero, [clique aqui](#). Para acessar materiais de apoio e outras informações sobre o Câncer de Colo no Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz, [clique aqui](#).

Nações Unidas - Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil - 18 de Novembro

Uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, publicada em 7 de novembro de 2022, definiu o dia 18 de novembro como o Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil.

O documento ainda convida todos os estados-membros, organizações e sistemas relevantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais, líderes mundiais, atores religiosos, sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e o setor privado para comemorar a data anualmente, da forma que cada um julgar mais adequada, inclusive por meio de compromissos para garantir uma educação de qualidade e sensibilizar a opinião pública para aqueles que são afetados pelo abuso sexual infantil e a necessidade de prevenir e eliminar a exploração, abuso e violência, incluindo online e offline, e o imperativo de responsabilizar os perpetradores, garantir o acesso de sobreviventes e vítimas à justiça e cuidados, bem como facilitar a discussão aberta sobre a necessidade de prevenir e eliminar a sua estigmatização, promover a sua cura, afirmar a sua dignidade e proteger os seus direitos.

Para acessar a resolução, [clique aqui](#).

UNICEF - Educação Pré-Primária Transformadora de Gênero

Apesar da paridade global de gênero no acesso à educação pré-primária, meninas e meninos continuam a ter diferentes experiências em sala de aula. Preconceitos e estereótipos de gênero são frequentemente reproduzidos nas interações professor-aluno, brincadeiras, currículos da educação pré-primária e materiais de ensino e aprendizagem. A igualdade de gênero é fundamental para alcançar a visão de um mundo equitativo em todas as escolas, em todos os países, para todas as crianças e para alcançar este objetivo a UNICEF estruturou 5 documentos que destacam as principais considerações – O objetivo destes documentos é auxiliar governos e formuladores de políticas a incorporar a responsabilidade ao gênero na concepção e implementação de políticas e programas de educação na escola pré-primária.

1) [Abordar as desigualdades de gênero por meio da educação infantil](#)

O acesso à educação pré-primária aumentou significativamente nas últimas duas décadas e, com base nas taxas globais de matrícula, meninos e meninas estão participando igualmente. No entanto, apesar dessa paridade de gênero no acesso, o sistema de educação pré-primária nem sempre cumpre o seu potencial para combater as desigualdades de gênero e abordar estereótipos e normas de gênero prejudiciais enquanto eles estão sendo internalizados e formados pelos mais jovens aprendizes. Há, portanto, a necessidade de incorporar de forma pró ativa as questões sensíveis e transformadoras de gênero conforme os itens:

- Há uma necessidade de incorporar proativamente e explicitamente a responsividade de gênero no projeto e implementação de serviços de educação pré-primária e promover ousadamente transformações de gênero estratégicas com uma perspectiva sistêmica;
- As políticas devem ser alinhadas aos cinco componentes principais dos sistemas de educação pré-primária de qualidade: planejamento e orçamento, desenvolvimento e implementação do currículo, desenvolvimento da força de trabalho, família e envolvimento da comunidade e garantia de qualidade;
- Os professores desempenham um papel crucial na construção de sistemas de educação pré-primária transformadores de gênero e influenciando as práticas de cuidado nos lares. Os profissionais devem trazer a consciência de gênero para suas práticas de sala de aula, refletindo sobre quaisquer atitudes estereotipadas de gênero que possam ter, especialmente em relação às crianças, e sendo críticos sobre como os materiais de ensino e aprendizagem que eles selecionam podem perpetuar preconceitos de gênero.

2) [Apoiar a paternidade transformadora de gênero por meio de sistemas de educação pré-primária](#)

Os pais são os principais agentes de socialização de gênero. Como as crianças estão em processo de formação, sua própria identidade de gênero, seus cuidadores primários podem reforçar seus comportamentos e atuar como modelos de como se comportar e interagir com os outros.

As crianças começam a aprender sobre os estereótipos de gênero já aos dois anos de idade. O sistema de educação pré-primária nem sempre cumpre o seu potencial para combater e abordar estereótipos de gênero prejudiciais enquanto estão a ser absorvidos pelos alunos mais jovens. Todos os componentes do sistema pré-primário têm um papel a desempenhar na quebra desses estereótipos. Isso inclui os pais, que são os principais agentes de socialização de gênero para seus filhos. Como as crianças pequenas estão no processo de formação de sua própria identidade de gênero, seus cuidadores primários podem reforçar seus comportamentos e atuar como modelos de comportamento e interação com os outros. Os destaques abaixo mostram as principais estratégias e considerações para garantir que os membros da família e da comunidade sejam agentes ativos de mudança para a educação e o desenvolvimento transformadores de gênero:

- As escolas pré-primárias podem ser caminhos para a educação parental, com potencial para apoiar a parentalidade transformadora de gênero e aumentar o envolvimento dos pais na educação. Os professores desempenham um papel crucial para promover a participação igualitária e ativa de pais e mães na aprendizagem de seus filhos e processos de desenvolvimento;
- A parentalidade sensível ao gênero deve ser incluída na formação inicial e em serviço dos professores. Os professores da educação pré-primária requerem competências específicas e conhecimento de estratégias eficazes para apoiar os pais e promover práticas parentais transformadoras de gênero;
- Os sistemas de educação pré-primária têm implicações importantes para a igualdade de gênero no emprego e na renda. O acesso a uma variedade de modalidades de serviços de educação e atenção à primeira infância, e em diferentes localidades, pode contribuir para aumentar a aceitação de oportunidades de emprego por parte dos cuidadores, especialmente para as mães.

3) Ferramentas para políticas e programas transformadores de gênero

A educação pré-primária transformadora de gênero requer um sistema coerente que integre as considerações de gênero em todos os seus componentes principais para uma prestação de serviços de qualidade. Este resumo apresenta um conjunto de ferramentas para apoiar os formuladores de políticas e/ou profissionais a progredir em direção a uma política e programação de educação pré-primária transformadora de gênero.

Existem várias ferramentas que podem ser usadas por formuladores de políticas e/ou profissionais para progressos no sentido de uma educação pré-primária transformadora de gênero. As ferramentas devem ser conectadas umas às outras. A transformação de uma educação pré-primária sensível ao gênero e um sistema de educação transformador de gênero exige que todos os componentes trabalhem juntos de forma coerente.

Alcançar uma educação pré-primária transformadora de gênero é um processo e não uma mudança imediata. Em primeiro lugar, é importante identificar as prioridades imediatas do país e depois trabalhar progressivamente para a integração ao nível do sistema.

4) Abordagem sistêmica para combater as desigualdades desde os primeiros anos

A integração do gênero na educação pré-primária é uma prioridade no combate às desigualdades relacionadas com o gênero desde os primeiros anos.

- Essa integração requer o compromisso de uma variedade de partes interessadas dentro do sistema educacional e, além dele, como diferentes unidades dentro dos ministérios da educação, professores de pré-serviço e em serviço, provedores de treinamento e sindicatos de professores, outros ministérios, academia e organizações da sociedade civil;

- A atuação do direito para a educação pré-primária transformadora de gênero deve centrar-se nos cinco núcleos dos componentes dos sistemas de educação pré-primária de qualidade, já mencionados.

5) [Investir no desenvolvimento da força de trabalho da educação pré-primária para a igualdade de gênero](#)

Os professores do ensino pré-primário desempenham um papel crucial na determinação de como o sistema educativo contribui para a igualdade de gênero. Usando abordagens transformadoras de gênero para realizar o recrutamento, treinamento e medidas de retenção que são necessárias para garantir uma força de trabalho de qualidade que promova transformações de gênero em ambientes de aprendizagem.

- A formação inicial e em serviço para professores deve incluir uma pedagogia transformadora de gênero. Os programas devem oferecer oportunidades para a força de trabalho pré-primária refletir sobre seu próprio gênero e preconceitos, além de receberem apoio contínuo na sala de aula e na escola.
- A educação pré-primária é um subsetor altamente feminizado. As estratégias de recrutamento de professores devem ser orientadas para atrair professores do sexo masculino para uma força de trabalho de educação pré-primária mais equilibrada em termos de gênero. Preconceitos de gênero na alocação de papéis de liderança devem ser desafiados de forma proativa e homens e mulheres devem ser apoiados para desempenhar papéis não estereotipados.
- As condições de emprego da força de trabalho da educação pré-primária devem ser melhoradas. Medidas como aumentos salariais, treinamentos, desenvolvimento profissional contínuo e carreira estabelecida podem ser caminhos para tornar o subsetor mais atraente para todos os candidatos, mas especialmente para as mulheres que constituem mais de 90 por cento da força de trabalho pré-primária em todo o mundo.